DOI: 10.9732/2025.V132.1335

A dinâmica global-local e o neocolonialismo na América Latina

The global-local dynamic and neocolonialism in Latin America

Janaína Rigo Santin[1]
Jacson Bacin Vicente[2]

Resumo: A globalização contemporânea reorganizou relações econômicas, políticas, culturais e epistemológicas em escala mundial, mas não eliminou as assimetrias históricas entre centro, semiperiferia e periferia. Na América Latina, tais assimetrias podem assumir

1 Possui Pós Doutorado em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, Portugal, com bolsa CAPES, pelo período de 8 meses (2011). Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2004). Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Advogada e Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo. Professora do Mestrado e Doutorado em História e do Mestrado em Direito da Universidade de Passo Fundo.

2 Doutor em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), com estágio de Pós-Doutorado na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Especialista em Processo Civil e Constitucional pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais (UPF), Pesquisador da Teoria do Sistema-Mundo, da Teoria do Transnacionalismo e do Pensamento Decolonial Epistêmico.

formas contemporâneas de neocolonialismo, especialmente quando relações econômicas e políticas globais restringem a autonomia decisória dos Estados e reproduzem padrões eurocentrados de desenvolvimento e produção do conhecimento. Este artigo investiga de que modo a dinâmica global-local, compreendida à luz da teoria do sistema-mundo e das contribuições do pensamento decolonial, permite compreender essas formas contemporâneas de dependência e dominação. Sustenta-se que o neocolonialismo não se manifesta apenas pela exploração econômica, mas também pela imposição de padrões políticos, culturais e epistemológicos apresentados como universais. O exame de manifestações contemporâneas, especialmente o protecionismo norte-americano em relação ao Brasil e a atuação dos BRICS, evidencia tanto a persistência dessas assimetrias quanto a busca de alternativas de maior autonomia no Sul Global. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e documental e método dedutivo, articulando globalização, sistema-mundo, colonialidade, glocalização e emancipação latino-americana.

Palavras-chave: América Latina. Geopolítica de Mercado. Globalização. Neocolonialismo. Sistema-Mundo.

Abstract: Contemporary globalization has reorganized economic, political, cultural, and epistemic relations on a global scale, but it has not eliminated historical asymmetries among the core, semi-periphery, and periphery. In Latin America, these asymmetries can take contemporary forms of neocolonialism, especially when global economic and political relations constrain the decision-making autonomy of states and reproduce Eurocentric patterns of development and knowledge production. This article examines

how the global-local dynamic, understood through world-systems theory and decolonial thought, helps explain these contemporary forms of dependence and domination. It argues that neocolonialism is expressed not only through economic exploitation, but also through political, cultural, and epistemic patterns presented as universal. Contemporary manifestations, particularly U.S. protectionism in relation to Brazil and the role of the BRICS, reveal both the persistence of these asymmetries and the search for alternatives aimed at greater autonomy in the Global South. The research adopts a qualitative approach, bibliographic and documentary review, and a deductive method, articulating globalization, world-systems theory, coloniality, glocalization, and Latin American emancipation.

Keywords: Globalization. Latin America. Market geopolitics. Neocolonialism. World System.

Introdução

O presente artigo analisa a dinâmica entre o global e o local a partir das transformações produzidas pela globalização e pela transnacionalização do poder econômico e político, tomando a América Latina como espaço privilegiado de observação. Parte-se da constatação de que as relações contemporâneas não podem ser compreendidas apenas pelas fronteiras dos Estados nacionais, sobretudo diante da atuação de mercados, empresas transnacionais e outros centros de poder que interferem na autonomia decisória dos países latino-americanos.

O problema de pesquisa consiste em investigar em que medida a dinâmica global-local, articulada à lógica do sistema-mundo, reproduz formas contemporâneas de neoco-

lonialismo na América Latina e de que maneira essas formas alcançam as dimensões econômica, política, cultural e epistemológica. O objetivo geral consiste em demonstrar como relações assimétricas entre centro, semiperiferia e periferia continuam condicionando projetos nacionais latino-americanos. Como objetivos específicos, busca-se: compreender a relação entre globalização, sistema-mundo e neocolonialismo; distinguir neocolonialismo de colonialidade; examinar a tensão entre soberania nacional e mercado mundial; analisar o lugar da América Latina nessa estrutura; e identificar possibilidades de resistência e autonomia presentes na valorização do local, na produção de conhecimento próprio e em iniciativas de cooperação Sul-Sul, especialmente no âmbito dos BRICS.

A hipótese defendida sustenta que o neocolonialismo contemporâneo não depende de mecanismos formais de ocupação territorial, mas opera por meio de relações estruturais de dependência e pela difusão de padrões econômicos, políticos, culturais e epistemológicos apresentados como universais. Nesse contexto, a relação global-local não deve ser compreendida como oposição simples entre escalas, mas como espaço de simultaneidade e interpenetração, no qual a América Latina pode tanto reproduzir estruturas de dependência quanto construir respostas próprias a partir de suas realidades históricas, culturais e institucionais.

A globalização, compreendida pelos processos econômicos, financeiros, produtivos e migratórios, está pautada no multilateralismo e na interdependência entre as sociedades em seus múltiplos setores, o que gera fluxos de "interconexão supranacional".[3] Trata-se de uma permanente busca de vantagens comparativas no modelo de capitalismo global, a qual permite que uma atividade executada em uma parte do

3 GARCÍA CANCLINI, 2008, p. 58.

mundo possa ser modelável por outras atividades, situadas em outros locais. Porém, esse formato desterritorializado possibilitou o desenvolvimento de novas instâncias de poder alheias aos interesses dos Estados nacionais e de seus cidadãos, ávidas por lucratividade e poder.

Nesse cenário de nova colonização da América Latina, percebe-se a busca dos mais diversos objetos de intento destas novas fontes de poder, que vão desde mão-de-obra com baixo custo, matéria-prima, recursos hídricos, novas fontes de exploração (biológica: fauna, flora e animal) e mercado consumidor.

A empresa modifica-se em relação à estrutura física e à (re)distribuição pelo planeta. Novas indústrias, dinâmicas e ágeis, substituem as velhas e grandes que não se adaptam mais às novas circunstâncias, estabelecendo-se em diversas localidades do planeta, no intuito de auferir as maiores vantagens competitivas no setor em que são responsáveis no processo produtivo.[4]

Essas empresas, na grande maioria corporações, possuem filiais em diversos países e ultrapassam os limites físicos das fronteiras de seus territórios de origem. Possuem sua sede original nos países de industrialização pioneira, e grande parte está localizada no hemisfério norte; ou seja, são empresas originárias de países desenvolvidos que acumularam grande excedente de capital ao longo dos anos e usam o mesmo para expandir seus negócios, instalando filiais em países subdesenvolvidos ou emergentes, visando utilizar mão de obra barata e acessar de maneira mais fácil recursos naturais necessários ao processo produtivo, fazendo com que seus lucros aumentem de forma considerável. [5]

As empresas transnacionais desconhecem fronteiras e

4 SANTIN, 2009, p.79-92.

5 SANTIN, 2017.

conferem caráter cosmopolita à produção e ao consumo, no intuito de integrar a atividade econômica mundial, com a difusão dos valores ocidentais a todas as coletividades, sendo caracterizado por diversos autores como uma verdadeira ocidentalização do mundo, em prejudicialidade às culturas e valores regionais e locais.

Nesse intento, para que se possibilite a entrada de capitais externos dentro dos Estados nacionais, indispensável as regras relativas ao sistema financeiro sejam reduzidas ao mínimo possível. Ocasiona-se um processo de dependência (principalmente nos países de economia emergente) aos movimentos e às articulações do capital externo, o que produz um ciclo vicioso, no qual se diminui a própria possibilidade de uma política econômica nacional, visto que as políticas monetária e fiscal são frequentemente dominadas por movimentos nos mercados financeiros internacionais. Nas palavras de Morin e Le Moigne, "os problemas são cada vez mais interdependentes e cada vez mais globais,"[6] porém a regulação e as estratégias de enfrentamento continuam locais. E tais regras são constantemente atacadas pelas novas fontes de poder, que para poderem circular livremente, independente das fronteiras, precisam de maior homogeneização e um mínimo de regulação possível.

Ressalta-se não estar à frente de meras negociações emergidas do fenômeno globalização-transnacionalização, mas de uma estratégia financeira calculada, aplicada para atender os interesses de determinados Estados de centro, utilizando-se de países ditos de semiperiferia e periferia. O neocolonialismo constatado vai ao encontro das agendas desses países do norte global, que objetivam manter sua hegemonia, modo ou estilo de vida, à custa de outras nações, arruinando o ser humano e o meio ambiente.

6 MORIN; LE MOIGNE, 2000. p. 136.

Fulgente a constatação da massificação de práticas produtivas voltadas para a exportação de *commodities* dos países do sul global, privilegiar o lucro individual dos produtores, que se colocam à frente da preservação ambiental e dos interesses da população dos países fornecedores de matérias primas.

Por óbvio, nenhuma nação, no atual cenário mundial, conseguiria manter-se isolada ou sem interagir com outras comunidades internacionais, de modo que a percepção acerca desses fatos não está dentro de uma normalidade de intercâmbio entre os países e respectivas trocas "justas" de bens, comércio, conhecimento ou migração de pessoas. Trata-se da influência direta de novos atores transnacionais sobre regiões estratégicas do planeta, caracterizadas pela abundância de reservas de matérias-primas (vide as terras raras brasileiras)[7]. Essas regiões despertam o interesse das chamadas nações "centrais", que buscam, por diversos meios, criar demandas e condições favoráveis à sua inserção nesses territórios, com o objetivo de extrair recursos naturais e capital necessário para a continuidade e expansão de seus empreendimentos.

Produz-se, desse modo, um ciclo vicioso: os países do sul global permanecem constantes exportadores de matéria prima e, por sua vez, importadores de produtos industrializados do norte global, os quais possuem elevado valor agregado. Essa dependência por produtos manufaturados acaba por manter uma balança comercial deficitária entre sul e norte global, prejudicando o fortalecimento de parques industriais nos países em desenvolvimento, o que diminui, inclusive, a oferta de empregos de maneira estrutural. Esse modelo de capitalismo global, desterritorializado e extremamente desigual precisa de uma reestruturação complexa

7 Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3w4wlvllp6o

e multidimensional, a qual passa, necessariamente, pelo aprofundamento das relações entre global e local.

Para examinar o problema proposto, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter teórico-conceitual, desenvolvida mediante revisão bibliográfica e análise documental. O método dedutivo orienta a construção do raciocínio, partindo das categorias de globalização, sistema-mundo, colonialidade, neocolonialismo e glocalização para interpretar suas manifestações na América Latina. A análise das políticas protecionistas norte-americanas em relação ao Brasil e das iniciativas de cooperação articuladas no âmbito dos BRICS é utilizada como expressão contemporânea das tensões entre soberania nacional, mercado mundial e busca de autonomia no Sul Global.

A globalização e o sistema-mundo

A elaboração intelectual do processo de modernidade forneceu uma perspectiva e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial-moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e o seu modo concreto de gerar conhecimento reconhece-se como eurocentrismo. O fenômeno está enraizado e germina nas questões cotidianas, negociais, estratégicas, intelectuais, jurídicas, políticas e econômicas.

A América Latina constitui o espaço central desta análise. Desde a colonização, a região foi integrada à economia mundial em posição subordinada, marcada pela especialização na produção e exportação de matérias-primas e pela importação de bens de maior valor agregado. Essa inserção histórica não determina mecanicamente o presente, mas ajuda a compreender a permanência de relações assimétricas no sistema-mundo. A dependência econômica articula-se,

ainda, à dependência tecnológica e epistemológica, produzindo incentivos para a reprodução de modelos externos de desenvolvimento, inovação e conhecimento. O problema contemporâneo, portanto, não consiste na existência de intercâmbio internacional, mas na desigual capacidade de definir as regras, apropriar-se dos resultados e estabelecer as agendas que orientam esse intercâmbio.

Outro fator relevante dessa nova colonização do sul global pelo norte, nas palavras de Philip G. Cerny e Alex Prichard,[8] está na globalização dos setores econômicos e na complexidade das redes e hierarquias transfronteiriças, que acabam por favorecer as conexões transnacionais em detrimento das conexões locais e nacionais, homogeneizando padrões e valores.

Com efeito, necessário considerar que a diversidade de atores (intérpretes) e cenários político-socioeconômicos localizados, formatados por percepções de realidade distintas para resolver conflitos, construções sociais e coletivas próprias. São questões que devem ser reconhecidas nos espaços locais de poder, os quais não necessariamente estão inseridos na dimensão do Estado-nação da modernidade. Reconhece-se, portanto, que há uma esfera de poder global que busca a homogeneização dos valores e espaços, mas que jamais deverá negligenciar os fatores de identidade e de poder local.

> Ao estudarmos o conceito de 'Glocalização', vimos que esse conceito surgiu na década de 80 a partir de uma estratégia mercadológica de origem japonesa. A glocalização é um neologismo resultante da fusão dos termos globalização e localização, ou seja, valoriza as particularidades de cada local e sua cultura, sem deixar de expandi-la e nem se perder dentro deste processo globalizado e homogeneizado de criação de padrões. O termo Glocal vem da

8 CERNY; PRICHARD, p. 378.

> antropologia cultural e teria sido usado por Roland Robertson em 1995. Denomina a mistura de culturas globais modernas com as tradicionais e valoriza particularidades de cada local. O conceito Glocal foi introduzido inicialmente com o objetivo de reconhecer o processo de uma cultura local e proteger a exclusão causada por movimentos da Globalização, isto é, respeitar as diferenças de cultura de um determinado lugar, sem deixar de expandir a origem da cultura evitando, assim, a sua homogeneização e protegendo a diversidade cultural. [9]

Em contraponto a este fenômeno global pode-se perceber a valorização das identidades locais, dos laços étnicos e religiosos, e a face nefasta desta questão, quando se desdobra para a xenofobia, o racismo, o discurso de ódio e a intolerância.

Esses fatores podem gerar conflitos transfronteiriços, como se pode observar na atualidade a partir do pensamento e ações do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, com sua política de aumento das tarifas internacionais e protecionismo, elementos que enfraquecem o multilateralismo e a atuação dos organismos internacionais. Isso demonstra a necessidade de uma reestruturação complexa e multidimensional do global, do local e das conexões desiguais entre eles.

Necessário abandonar a ideia de política "alta" e "baixa", de "dentro" e de "fora" de uma vez por todas, pois envolve tensões e contradições multidimensionais descritas de várias formas como "diferenciação funcional, fragmentação, paisagens díspares, insegurança e neomedievalismo" [10].

> A separação entre poder e política é uma das razões decisivas para a incapacidade do Estado de fazer escolhas apropriadas. Segundo Étienne Balibar, a fissura irreparável entre o local e o global produziu uma espécie de "estatismo sem Estado", que tem lugar

9 LIMA; LEITE, 2019, p. 74.

10 CERNY; PRICHARD, p. 378.

> através de uma "governança". Isso produz o efeito paralisante de um sistema político (representativo e do povo e, portanto, democrático) no âmbito local, reduzido à gerência da administração de rotina, incapaz de assumir e resolver problemas que o poder global (sem representação política e, portanto, fundamentalmente não democrático) impõe com frequência crescente.[11]

Na América Latina, observa-se que novos centros de poder passam a atuar conjuntamente ao poder estatal, com caráter supranacional e transfronteiriço, algumas vezes mais influentes que os próprios Estados.[12] Pela teoria do direito tradicional, os instrumentos legais de regulação são limitados, em sua grande maioria, às fronteiras dos Estados soberanos; porém a economia e as cadeias de produção de bens e serviços são globalizadas e desterritorializadas.

Observa-se que a geopolítica que caracteriza o Século XXI apresenta sociedades complexas, condicionadas pela economia de mercado e por uma circulação de mercadorias e pessoas nunca antes registrada, interligando os diferentes organismos internacionais em redes complexas e difusas. No decorrer de toda a modernidade, os centros de poder se localizavam no Estado-nação, e a estrutura normativa internacional de proteção e promoção dos direitos humanos estava amparada pela Organização das Nações Unidas – ONU e seus mecanismos multilaterais de solução de conflitos. Porém, esse avanço do multilateralismo não se dá de maneira perene, homogênea ou uniforme. Trata-se de um sistema de avanços e retrocessos, como o que está a se verificar no presente, a partir da condução da política de governo do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

11 BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 22-23.

12 SANTIN, 2009, p. 79-92.

Assim, alguns doutrinadores defendem o paradigma da "glocalização", ou seja, uma tendência a valorizar o local sem desconsiderar o aspecto global. [13]

> O conceito de glocalização, tal como elaborado por Roland Robertson, mas retomado e refinado por vários outros (como Beyer, Roudometof e Vásquez), destaca esse entrelaçamento global-local. Glocalização não tem a ver simplesmente com as declarações locais de oposição aos, ou diferenciação dos, processos globais. O argumento de Robertson para o localismo não é um argumento "comunitarista", de (auto) defesa local contra as pressões de fora. Para ele, em contraste com o "paradigma nostálgico" que contrapõe a globalização às localidades outrora seguras e prósperas da "comunidade" e da "nação", "a globalização envolveu a reconstrução, de certa forma a produção, de 'lar', 'comunidade' e 'localidade'. Neste sentido, o local […] pode ser considerado, sujeito a algumas qualificações, como um aspecto da globalização" [...] A relação entre os dois é de "simultaneidade e interpenetração" [...]. Assim, ele nega uma mera oposição entre global e local, universal e particular, internacional e nacional (Robertson 1995:33). A globalização envolve a interligação de localidades por meios que não respeitam os protocolos de fronteiras nacionais, diplomacia ou lealdades geopolíticas. Isso não significa que qualquer um destes perca sua jurisdição específica e controle relativo. Antes, mediante práticas glocais, as localidades estabelecem formas *ad hoc* de interligação que não são logicamente exigidas, previstas ou inteiramente regidas pela dinâmica institucional existente ou mesmo por um histórico prévio de intercâmbios; assim, elas vão além de si, bem como se abrem para os fluxos glocalizantes [...].[14]

A globalização e a transnacionalização da economia enfraqueceram a capacidade decisória dos Estados da América Latina sobre projetos nacionais autônomos e independentes, em uma (des) ordem mundial. Dentre tantas questões e incertezas, uma pergunta se mostra fundamental: como os Estados latino-americanos poderão caracterizar uma política

13 SANTIN; LEIDENS, 2018, p.392-407.

14 BURITY, 2018, p. 17.

macroeconômica quando o jurídico e a política continuam nacionais, porém a economia e a circulação de bens e pessoas são globais?

> o Estado nacional parece ter perdido em parte a capacidade e em parte a vontade política para continuar a regular as esferas da produção (privatizações, desregulação da economia) e da reprodução social (retracção das políticas sociais, crise do Estado Providência); a transnacionalização da economia e o capital político que ela transporta transformam o Estado numa unidade de análise relativamente obsoleta, não só nos países periféricos e semiperiféricos, como quase sempre sucedeu, mas também, crescentemente, nos países centrais; (...) Todas estas transformações parecem apontar para uma desregulação global da vida económica, social e política. (...) Tudo parece negociável e transformável ao nível da empresa ou da família, do partido ou do sindicato, mas ao mesmo tempo nada de novo parece possível ao nível da sociedade no seu todo ou da nossa vida pessoal enquanto membros da sociedade.[15]

Os países são obrigados a compartilhar ou aceitar decisões e diretrizes provenientes de outros centros de poder, que pairam além das soberanias nacionais, num surpreendente processo de desterritorialização.[16] Os projetos nacionais somente se tornam possíveis se contemplarem as novas e poderosas determinações externas – supranacionais. Peter Drucker afirma que se está diante de uma sociedade "pós-capitalista", na qual

> [...] a ordem mundial de ontem está indo embora depressa, enquanto a de amanhã ainda não emergiu. Na verdade, não estamos enfrentando 'a nova ordem mundial' invocada com tanta frequência pelos políticos. Ao contrário, estamos enfrentando uma *nova desordem mundial* – por quanto tempo, ninguém pode saber. Em estrutura política e também na forma de governo estamos entrando em uma era 'pós', a era do estado pós-soberano. Já conhecemos as novas forças – e elas são bastante diferentes daquelas que go-

15 SOUZA SANTOS, 2001, p.88-89.

16 IANNI, 1996. p.93-94.

> vernaram a estrutura política e a forma de governo pelos últimos quatrocentos anos. Conhecemos as novas demandas e podemos delinear algumas, talvez a maioria. Entretanto, não conhecemos as respostas, as soluções, as novas integrações".[17]

Sabe-se que as próximas décadas reservarão desafios ainda maiores. Para vencê-los, necessário que haja maior autonomia e poder regulatório aos Estados latino-americanos, com uma política externa mais justa e redução das desigualdades globais. Valorizar o Poder Local[18], sem desconsiderar o global, como duas faces da mesma moeda que não devem ser excludentes, mas complementares.

Episteme e conhecimento

Esse confrontar entre o global e o local também pode ser visto na esfera da episteme. Em um conjecturar mais amplo e voltado ao escopo acadêmico, a produção do conhecimento nas cátedras latinas continua em geral reproduzindo fórmulas, teses, pensamentos e teoremas que não condizem, há muito, com a realidade vivenciada pela população, governo e organizações. Em consequência, importa-se, consome-se e crê-se que não há outra maneira de se produzir conhecimento e de que a matéria d'além-mar sempre será mais qualificada.

> É preciso pensar a dimensão local na produção de uma cultura global. Para tanto, levantamos como alternativa pensar a produção de um conhecimento social como emergente no processo de glocalização, mesmo em tempos de globalização. O que é um conhecimento Glocalizado? Seria servir a "dois senhores" ou tentar a sobrevivência? A 'glocalização' não é movimento contrário à globalização, é proveniente dela. Uma influencia a outra e juntas somam para a cultura mundial. A interação "global" e "local" valoriza o lugar, dentro de um contexto de internacionalização e

17 DRUCKER, 2002. p.81.

18 SANTIN; TEIXEIRA, 2019, p.1-23.

> homogeneização. É a dialética entre local e global para ser 'Glocal' - em interface com o sistema-mundo, sem perder a autenticidade de sua missão.[19]

Tal constatar vai ao encontro da reflexão procedida por autores como Adorno e Horkheimer, os quais articulam que "no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores."[20] (Conforme os pensadores da Escola de Frankfurt), a emancipação social (e mental) deve ser possível e alcançável por todos os indivíduos, imbuídos da consciência de sua condição no mundo e do como podem aprimorá-la, livrando-se dos grilhões que turvem o esclarecimento holístico da vida; viabilizar o seu empoderamento e a valorização de suas ideias, haurindo a gnose real, capaz de auxiliar a si mesmo e ao outro.

O autor Enrique Dussel, em suas reflexões sobre o sistema-mundo, ressalta que no paradigma da modernidade (ou pós-modernidade, para autores diversos[21]), de acordo com as exigências de eficácia, factibilidade tecnológica de rendimento econômico e de gestão, o que se observa no sistema mundo "[...] enorme e em expansão, é a expressão de um necessário processo de simplificação por racionalização do mundo da vida e de seus subsistemas (econômico, político, cultural, etc.)"[22].

Dussel defende a possibilidade de que cada área do globo possa usufruir de toda a modernidade e tecnologia, pensamento e inovação existentes, os quais devem ser compartilhados em colaboração e cooperação com os povos.

19 LIMA; LEITE, 2019, p. 73.

20 ADORNO; HORKHEIMER,1985. p. 17.

21 WARAT, 1997.

22 DUSSEL, 2000. p. 61.

Necessário, porém, que ao mesmo tempo as nações possuam o discernimento essencial para identificar suas próprias deficiências e elaborar, mediante suas realidades, soluções aplicáveis aos seus próprios problemas; não apenas importando modelos eurocêntricos, que não possuem relação com o passado histórico dos países do sul global, mas produzir conhecimento capaz de resolver e esclarecer sua população, permitindo o avanço desde muito almejado, mas que as dissonâncias, avidez e agendas externas acabam por não consentir essa emancipação.[23].

Nesse intento, abarcando a diversidade de pensamento e a busca de elevação intelectual para a compreensão da realidade, munindo os indivíduos de uma reflexão crítica e objetiva de sua vivência em sociedade, Manuel García-Pelayo manifesta que

> Constitui lugar comum afirmar que a sociedade do nosso tempo não apenas é pluralista, mas que deve ser pluralista. Dito de outra maneira, o pluralismo é a constatação de um fato e também um valor da convivência política [...]. Sem necessidade de desenvolver amplamente o conceito, diremos apenas que ele implica dois aspectos: de um lado, um espaço de liberdade ou de autodeterminação interna para as organizações sociais; de outro, um espaço de participação ou de co-determinação nas decisões dos órgãos públicos que afetem essas organizações.[24]

Denota-se do fragmento supra que a diversidade e o pluralismo de pessoas e de pensamentos não somente fomenta o desenvolvimento de países e regiões, mas proporciona liberdade e a autodeterminação dos povos; bem como a busca por organizações mais justas e compatíveis com a realidade enfrentada; e a participação em decisões e ambientes públicos. Trata-se de variáveis que encaminham

23 DUSSEL, 2000. p. 63.

24 GARCÍA-PELAYO, 2009. p. 186.

para uma democracia, senão absoluta e utópica, mas íntegra e plena de valores compatíveis com as particularidades de cada lugar. Uma democracia capaz de evitar a contaminação de ideologias que perquirem apenas o apanágio de seus interesses; uma vez que "o homem nasce separado, distinto, desde sua origem, desde sempre."[25].

Essa tentativa das novas fontes de poder em homogeneizar a sociedade heterogênea não encontra respaldo nem mesmo na teoria da evolução biológica humana. Isso pode ser comprovado mediante a sociologia, psicologia e antropologia; os povos são diferentes em seu ser, pensar e agir; buscam objetivos diferentes, mas sempre visando o mesmo ideal humano, igualando-se apenas perante a Lei e nos princípios oriundos da moral e da ética.

> O outro é exterioridade de toda totalidade porque é livre. Liberdade aqui não é somente uma certa possibilidade de escolher entre diversas mediações que dependem do projeto cotidiano. Liberdade agora é a incondicionalidade do outro com relação ao mundo no qual sempre sou centro. O outro como outro, isto é, como centro de seu próprio mundo (embora seja um dominado ou oprimido), pode dizer o impossível, inesperado, o inédito em meu mundo, no sistema. Todo homem, cada homem enquanto é outro é livre, e enquanto é parte ou ente de um sistema é funcional, profissional ou membro de uma certa estrutura, mas não é outro.[26]

Pertencendo a um sistema, o ser humano cede uma fração de sua liberdade em face dessa entidade abstrata que se trata o Estado, permitindo-se a convivência em harmonia (relativa), bem como algumas facilidades advindas do próprio ente estatal (pacto social de Rousseau). Entretanto, reconhecendo-se no outro, o homem (enquanto raça - *homo sapiens*), será livre, pelo emergir de algo primitivo e ao mesmo

25 DUSSEL, 1979. p. 48.

26 DUSSEL, 1977. p. 50-51.

tempo familiar. A cognição do reconhecimento não depende de sistemas, ordens sociais ou intrincadas técnicas, mas somente do efeito *espelho* (metáfora do espelho de Lacan)[27], em que o indivíduo desenvolve a percepção de identificação e transformação, expandindo uma paridade entre seus semelhantes capaz de outorgar, absorver e raciocinar sua realidade, para com ela interagir e perpetuar suas escolhas.

O paradigma de que a Europa seria a produtora original da modernidade, seguida pelos Estados Unidos da América, está desenvolvido desde o pensamento racional ocidental até novas teorias sociais e tecnologias, constituindo-se a "verdade" mundial das Nações.

Essa forma de ver o mundo coloca em xeque todo o desenvolvimento dos países que buscam erigir suas teorias e culturas, desconectando a realidade para reproduzir uma dependência criada há várias décadas, de que somente o que se produz fora do território nacional pode ser considerado válido e verdadeiro, original e esclarecedor dos dilemas locais, mesmo que tais teorias sejam produzidas a milhares de quilômetros de onde elas serão aplicadas.

Obra-se para que o "medicamento" se origine na mesma esfera em que a "enfermidade" emergiu, ou seja, a observação e análise da situação deve estar ao alcance da realidade e dos problemas locais. A partir deste pensamento, a realidade pode ser mensurada, compilada e dissecada sob a lente dos indivíduos que, além de concidadãos, vivenciam (ou aproximam-se) dos acontecimentos. Pode-se falar, até mesmo, que esse procedimento pode trazer empatia para desvelar as necessárias elucidações, para sanar os conflitos e atingir de forma mais eficaz o escopo e o anseio de determinada população.

27 LACAN, 1998. p. 96-103.

Cada nação precisa encontrar o seu caminho, de acordo com a época vivenciada e o lugar, a cultura, as tradições, segundo o caráter de seu povo. Ao valorizar o espaço local e aproximar as decisões daqueles diretamente afetados por elas, por certo haverá uma maior conformação das decisões públicas com os problemas locais e anseios populares e, em consequência, uma maior eficiência e efetividade dessas decisões.

> Em sociedades complexas, as fontes mais escassas não são a produtividade de uma economia organizada pela economia de mercado, nem a capacidade de regulação da administração pública**. O que importa preservar é, antes de tudo, a solidariedade social, em vias de degradação, e as fontes do equilíbrio da natureza, em vias de esgotamento.** Ora, as forças da solidariedade social contemporânea só podem ser regeneradas através das práticas de autodeterminação comunicativa.[28] (grifo nosso).

Nas palavras de Habermas, há uma estreita ligação entre as estruturas comunicacionais da esfera pública e os meandros da vida privada dos indivíduos, o que faz "com que a periferia, ou seja, a sociedade civil, possua uma sensibilidade maior para os novos problemas, conseguindo captá-los e identificá-los antes que os centros da política".[29]

O ponderar de Quijano, por sua vez, impele ao raciocínio crítico acerca do eurocentrismo inserido na América Latina, desde sua colonização. Para o autor, o estruturar intelectual "do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial do poder: colonial-moderno"[30].

28 HABERMAS, 1997. v.2. p.189.

29 HABERMAS, 1997. v.2. p.115.

30 QUIJANO, 2005. p. 125.

Trata-se de um conhecimento baseado nas amarras do capitalismo-consumismo e eurocentrado, que fornece subsídios para países de semiperiferia e periferia do sistema-mundo, no fito de "alcançar" uma cognição mais elevada. Entretanto, essa episteme insere no pacote suas técnicas de venda e o seu modo de cognição para esta parte do mundo, em que ainda se mensura, pela doutrinação recebida, o valor do presente recebido. Valoriza-se o brilho da embalagem e não o seu real conteúdo.

Na percepção corrente, obtém-se um divisar de uma realidade em que ainda não houve a *independência* intelectual dessas regiões. Segue-se estruturando as demandas e o pensamento nos moldes dos séculos passados, em que sim, houve utilidade e ainda se mantém uma parca similaridade com os países colonizadores. Porém, com o avanço obtido pela tecnologia da informação, com a celeridade de trânsito dos dados e a oportunidade de imediatamente verificar fatos e desmantelar rumores e, no mais importante, com a maturidade da própria mente humana e do conhecimento, mostra-se inadmissível o perpetuar de limitações e comportamentos que sigam "tendências" não condizentes com a realidade de cada região, sua cultura e *modus vivendi,* mesmo com a comprovação diária do que não está funcionando.

> Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, **mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo**.[31] (grifo nosso).

31 QUIJANO, 2005. p. 126.

Pode-se constatar que na própria Europa há um domínio sobre ela mesma, proveniente de um grupo minoritário, o qual influente na formação de um pensamento que molda toda uma região e se expande para o mundo. Observa-se, pragmaticamente, como a hegemonia e a homogeneização podem ser formas eficazes de dominação e controle do pensar (pacífico e de amplo espectro), acomodando sociedades inteiras em um único discernimento. Essa padronização de condutas e valores pode ir a tal ponto, que indivíduos passam a acoplarem-se a situações que nunca desejaram; pela ação cognitiva de massa, conformam-se e aceitam tais quadros como uma realidade posta e imutável.

Novas tecnologias de informação - comunicação e liberdade

No contexto das novas tecnologias da informação e da comunicação, a circulação do conhecimento tornou-se mais rápida, ampla e descentralizada. Esse cenário, contudo, não elimina as assimetrias epistemológicas entre os diferentes espaços do sistema-mundo. Na América Latina, a ampliação do acesso à informação convive com a permanência de padrões de validação científica e cultural fortemente influenciados por centros de produção de conhecimento localizados no Norte Global. A questão central passa, portanto, não apenas pelo acesso ao conhecimento, mas pela capacidade de produzir, legitimar e utilizar saberes vinculados às realidades locais.

Pelos elementos mencionados, busca-se o coeficiente de uma libertação do conhecimento até então aceito como único ou mais benéfico, por ser aquele refletido em local onde o problema não está ocorrendo ou que não foi vivenciado, com as condições e fatores distintos da região atingida.

Assim, a lógica abrangida neste artigo procura refletir o modo em que pensamentos ditos globais, mensurados em compilações e formas que não estão em coerência com a realidade de determinada paragem ou região (glocais), podem ter aplicação alhures. Explica-se: um pensamento de resolução em formato de triângulo, que vai pretender ser encaixado em um problema com dimensão circular, por certo não terá sucesso. Não há possibilidade de acerto, melhoria ou evolução em medidas e pensamentos que não reflitam as equações dos problemas dominantes como um todo.

O aspecto de maior relevo na esteira do pensamento e seu homogeneizar adentra na liberdade de escolha. Sem o discernimento necessário, informaç**ão** e conhecimento fidedigno, não há como se falar em escolhas eficazes (ou sequer em escolhas), pois os componentes da equação estão sendo subtraídos, ocultados ou distorcidos; "[...] decidir consiste em escolher conscientemente entre duas ou mais opções com a mínima margem possível de incerteza. Afinal, se esta não existir, o caminho a seguir impor-se-ia por si mesmo, sem necessidade de escolher."[32]. E nessa reflexão está o objetivo da neocolonização: impor-se de forma dissimulada, como a escolha mais acertada e **válida**, quando em verdade, **não está propiciando qualquer alternativa.**

A América Latina tornou-se historicamente um adicto das emanações da Europa e dos Estados Unidos da América, tanto de seus produtos com valor agregado, tecnologia, conhecimento e de sua cultura. Eles infiltram-se, instalam-se e desmantelam a cultura regional-local. Suas ideologias fabricadas impõem um seguir incondicional, que cega quanto **à**s reais intenções e que, pouco a pouco, vai corroendo o que de mais valioso um povo possui: suas tradições, princípios, cultura, costumes, língua, comportamento, ideais e valores.

32 GARCÍA-PELAYO, 2009. p. 187.

Não se pretende aqui vilipendiar as contribuições já alcançadas pelas Nações Europeias-Norte Americana em favor das demais nações, em especial a América Latina. Pretende-se, sim, demonstrar que o bem perpetuado por estes países resta em percentual mínimo quando contraposto aos ideais econômicos, ideológicos, políticos e jurídicos dos países de periferia e semiperiferia. "A cultura pretende assim universalizar-se, eternizar-se; a totalidade política vigente se afirma em sua "idade clássica" – quando nada é questionado por ninguém e todos obviamente admitem o vigente como *real*."[33]. Ainda, na dilatada percepção de Wallerstein,

> [...] isso significa que o sistema-mundo moderno está atualmente em crise sistêmica, de por que estamos vivendo uma época caótica e dividida e, portanto, estarmos em termos coletivos, no meio de uma luta global sobre o tipo de sistema-mundo que queremos construir para substituir o sistema-mundo em colapso em que vivemos.[34]

A constatação das crises que o multiculturalismo, o Estado e as sociedades mundiais estão enredados atualmente não abarca uma estranheza para aqueles que se debruçam sobre o mote. Ainda assim, pelas elucidações supra, atenta-se que os sistemas do sistema-mundo estão em conflito libertário para, em uma tentativa esgarçada, romper com o ciclo de *seguimento, cópia, reprodução, falha; seguimento, cópia, reprodução, falha...* Esse ciclo prejudica qualquer tentativa de emersão de ideias, de pensamentos, de reflexão, de colaboração e de cooperativismo. Wallerstein desenvolve sua linha de raciocínio no caos vivenciado pela coletividade, em especial enquanto coletividade de consumo e produtora de meios de consumo; "e não há dúvida de que, se quiser fazer algum progresso no século XXI, a ciência social precisa superar a

33 DUSSEL, 1979. p. 141.

34 WALLERSTEIN, 2007. p. 88.

herança eurocentrista que tem distorcido as suas análises e sua capacidade de lidar com os problemas do mundo contemporâneo."[35].

As potências hegemônicas (ou países de centro), objetivam perpetuar sua influência global mediante parâmetros que convergem para uma dominação velada. Dessa maneira, "quando os estados buscam promover seus interesses nacionais, tais interesses estão fadados a colidir com os de outros países"[36]. Por essa razão, constata-se que o neocolonialismo na América Latina trouxe uma modalidade de preponderância de pensamento, que contém a ideia de que somente, ou em grande percentual, os raciocínios produzidos na Europa ou América do Norte seriam os **únicos a** gerar os efeitos desejados, bem como solucionar as problemáticas latino-americanas e salvar os indivíduos de si mesmos.

Entretanto, na contemporaneidade, imprescindível defender o "despertar" dessas mentes, culturas, individualidades que, se livrando da letargia imposta pela corrente dominante (*mainstream*), deverão construir um ordenamento próprio, capaz de atender cultural, econômica, política e socialmente suas demandas, anseios e necessidades. Buscar soluções a partir de sua própria realidade e vivência local.

O tema em voga já foi objeto de conjecturas na Conferência de Bandung de 1955, que congregou 29 países da Ásia e da África com o propósito de firmar bases e uma "visão" comum de futuro. Essa solução n**ão** deveria estar vinculada ao capitalismo ou ao comunismo, mas ser capaz de possibilitar a descolonização e o "desprender-se das principais macro narrativas ocidentais."[37].

35 WALLERSTEIN, 2002. p. 205.

36 NAÍM, 2013. p. 85.

37 MIGNOLO, 2017, p. 14.

Essa outra opção, mencionada por Mignolo, perfila-se na atualidade com o pensamento das novas epistemes, que não comportam mais essa dualidade (esquerda-direita, capitalismo-comunismo), como absolutas e únicas alternativas na vasta inteligência humana, dirigindo-se para a razão descolonial, comprometida com a igualdade global e a justiça econômica. Ou seja, "[...] a origem terceiro-mundista da decolonialidade se conecta com a "consciência migrante" de hoje na Europa ocidental e nos Estados Unidos; estando localizada nas rotas de dispersão do pensamento descolonial e fronteiriço"[38].

Nesse sentido, importa destacar a posição do governo brasileiro em confrontar as decisões do presidente Donald Trump no que tange à tentativa norte americana de enfraquecer a soberania do país, adotando uma política tarifária em patamares impraticáveis aos produtos brasileiros. A justificativa do "tarifaço", no dizer de Trump, seria a adoção de medidas de retaliação às recentes decisões do poder judiciário brasileiro relacionadas a tentativa de golpe de estado e à regulação das big techs (são as maiores e mais influentes empresas de tecnologia do mundo, como Apple, Amazon, Meta, Microsoft e Google).

As categorias anteriormente apresentadas podem ser observadas em manifestações contemporâneas das relações entre Estados e mercados. O episódio das medidas tarifárias adotadas pelo governo norte-americano em relação a produtos brasileiros constitui, no âmbito deste artigo, um exemplo da tensão entre poder econômico, soberania estatal e capacidade de negociação internacional. O ponto analítico não consiste em afirmar que toda política protecionista seja, por si só, neocolonial, mas em verificar como instrumentos econômicos assimétricos podem produzir efeitos sobre a

38 MIGNOLO, 2017, p. 16.

autonomia de países semiperiféricos e recolocar relações centro-periferia em novas bases. A experiência brasileira, nesse sentido, permite aproximar o debate abstrato sobre o sistema-mundo de uma situação concreta vivenciada na América Latina.

A inconsequência deste ato de protecionismo interno norte-americano, bem como clara tentativa de invasão da independência, autodeterminação e soberania brasileira, acabara por exigir que o País socorresse seu setor produtivo, prejudicado em suas exportações, bem como em alterar toda uma política econômica, com a busca de novos mercados internacionais para fornecimento dos produtos brasileiros.

Sem adotar uma política de confronto, mas de negociação, até o momento inexitosa, o

> Brasil busca também uma arbitragem internacional contra o tarifaço. O governo acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 6 de agosto. Na avaliação do Ministério das Relações Exteriores, os EUA "violaram flagrantemente" compromissos assumidos com a própria OMC" [...] Para ajudar o setor produtivo brasileiro a enfrentar os efeitos do tarifaço, o governo federal lançou, no último dia 13, o Plano Brasil Soberano. Entre os principais pontos do pacote de ajuda estão linhas de crédito que somam R$ 30 bilhões. Os recursos vão financiar – a taxas de juros mais acessíveis – negócios exportadores. Empresas mais afetadas terão mais facilidade de acesso aos recursos. Uma medida provisória (MP) publicada na terça-feira (2) garante o crédito extraordinário. Além dos empréstimos, o Plano Brasil Soberano prevê a prorrogação da suspensão de tributos para empresas exportadoras; aumento do percentual de restituição de tributos federais; e facilita compra de gêneros alimentícios por órgãos públicos.[39]

Nesse episódio, demonstra-se clara a interferência dos norte-americanos nos desígnios brasileiros, impondo retaliações econômicas por decisões que não lhes agradam. Nada

39 MOURA, 2025.

do que mais do mesmo, ou seja, a adoção de mecanismos neocoloniais aos países latino-americanos.

O sistema-mundo, divisado no formato em que opera na maioria do mundo ocidental e, principalmente, na América Latina, demonstra a necessidade inadiável de uma mudança de paradigmas capazes de elevar o pensamento e o agir. Perceber, nas comunidades ditas de semiperiferia e periferia, o seu valor e potencial mediante as narrativas globalizantes, e não meramente como "chão de fábrica" dos países autointitulados de centro (primeiro mundo).

> De tal forma, uma vez que percebe que sua inferioridade é uma ficção criada para dominá-lo, e se não quer ser assimilado nem aceitar com a resignação "a má sorte" de ter nascido onde nasceu, então desprenda-se. Desprender-se significa não aceitar as opções que lhe brindam. Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer. Habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e resubjetivar-se.[40]

A ficção criada para manter a colonização em curso, na contemporaneidade, utiliza o artifício de incutir na psique humana uma "desvantagem", seja geográfica, econômica, linguística ou intelectual, com vistas a determinar que somente o gerado alhures poderá ser considerado válido, benéfico e com o *status* que se ambiciona a alcançar. Por meio desta ficção, "a totalidade, o sistema, tende a totalizar-se, a autocentrar-se, e a pretender, temporalmente, eternizar sua estrutura presente."[41]

Percebe-se o afã de muitos países, para serem considerados membros desta comunidade global seleta - que errônea e aflitivamente tentam adentrar - acabam por renegar suas origens, tradições e sua profícua cultura. Deixam de contribuir, refletir e colaborar para a solução de problemas

40 MIGNOLO, 2017, p. 19.

41 DUSSEL, 1977. p. 55.

e mazelas sociais reais de sua comunidade (acadêmica, familiar, local, regional e nacional). Mostra-se necessário gerar um novo e amplo paradigma de avanço, capaz de contribuir com a interrupção do perpetuar dessas perfídias incutidas até o âmago das reflexões mais caras.

Um dos exemplos de tentativa de emancipação desse neocolonialismo pode ser visto com o desenvolvimento e a ampliação da área de influência dos BRICs[42]. Trata-se de um bloco de países emergentes que lutam por maior autonomia e uma ordem global mais multipolar, em que a cooperação e a produção de conhecimento passem a ser ferramentas para desafiar o domínio das economias centrais e promover o desenvolvimento de seus países.

Em sentido complementar, a formação e ampliação dos BRICS pode ser lida como tentativa de ampliar a capacidade de articulação dos países do Sul Global. Sem pressupor que o agrupamento elimine as desigualdades internas ou externas existentes entre seus membros, sua atuação representa uma alternativa à concentração dos centros decisórios tradicionais, especialmente quando voltada à cooperação econômica, financeira, tecnológica e política. Para a América Latina, o Brasil ocupa posição relevante nessa dinâmica por combinar sua inserção no sistema internacional com iniciativas de cooperação Sul-Sul, o que permite pensar a emancipação não como ruptura absoluta com o global, mas como reconstrução das condições de participação em bases menos assimétricas.

> Por outro lado, a cooperação oficial brasileira se destaca cada vez mais na sua vertente Sul-Sul, em relação à qual o país emerge

42 O BRICS trata-se de um agrupamento formado por onze países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática e cooperação de países do Sul Global. (BRICS BRASIL. Sobre o BRICS. 12 dez. 2024. Disponível em: https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics. Acesso em 04 out. 2025.)

> como uma liderança "de peso". Nessa perspectiva, na sua condição de país emergente do eixo Sul – fruto não somente, mas essencialmente, da melhoria da sua condição econômica –, o Brasil vem cada vez mais se destacando, dentre outros, como agente da cooperação internacional, empreendendo, nos últimos anos, importantes ações no que tange à cooperação internacional, em especial no que concerne à Cooperação Sul-Sul.[43]

Parece que esta proeminência da liderança brasileira também tem sido alvo de retaliação do governo dos Estados Unidos ao Brasil. Assim, n**ão** se pode assentir, atualmente, a afirmação de serem a Europa-América do Norte os produtores originais da modernidade. A iniciativa e o desenvolvimento de teorias podem e devem ser reconhecidos por ambos os continentes; ou seja, nesta nova episteme "a constituição do ego individual diferenciado é a novidade que ocorre com **a América e é a marca da modernidade, mas tem lugar não só na** Europa, mas em todo o mundo que se configura a partir da América."[44].

A episteme a ser inovada precisa ocorrer de forma holística e não mais delimitada ou centralizada em determinadas regiões do globo, "porque o conhecimento é criado e é transformado de acordo com desejos e necessidades particulares como em resposta a exigências institucionais"[45].

Na complexidade atual, não se comporta mais uma doutrinação-indução que tolha a realidade vivenciada em cada uma das regiões globais. Não se pode mais aceitar raciocínios, comportamentos e determinações padronizados para suprir interesses incondizentes com o desenvolvimento humano, alienando, inclusive, os próprios propósitos de mercado. Necessário desenvolver um pensar crítico e acu-

43 COSTA, 2013. p. 167.

44 QUIJANO, 2005. p. 125.

45 MIGNOLO, 2017, p. 24.

rado a partir da cultura e da realidade regional e local de diversos países, impedindo se tornem reféns de um pensar e proceder eurocentrado clássico; "hoje diríamos que mais que "nos modernizar" a orientação é para "nos naturalizar"."[46].

Conceitos de neocolonialismo, colonialidade e emancipação

Para evitar uma sobreposição conceitual, torna-se necessário distinguir colonialismo, neocolonialismo e colonialidade. Colonialismo remete, em sentido histórico, à dominação política e territorial exercida por uma potência sobre outro povo ou território. Neocolonialismo, por sua vez, designa formas posteriores e indiretas de dependência, nas quais a autonomia formal dos Estados pode coexistir com mecanismos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos de influência e subordinação. O conceito não pressupõe ausência de relações legítimas de cooperação internacional; sua utilização, neste artigo, refere-se às relações assimétricas nas quais a capacidade de decisão e os recursos dos países periféricos ou semiperiféricos são condicionados por interesses externos estruturalmente mais poderosos.

Já a colonialidade, conforme a formulação de Quijano, refere-se à permanência de padrões de poder e de produção do conhecimento originados no processo colonial, mesmo depois do encerramento formal das administrações coloniais. A colonialidade do poder e do saber permite compreender por que determinados padrões econômicos, culturais e epistemológicos continuam apresentados como universais, enquanto conhecimentos produzidos em outros espaços são frequentemente considerados secundários. Mignolo ao

46 MIGNOLO, 2017, p. 26.

desenvolver a perspectiva decolonial, acrescenta a necessidade de desprendimento dos padrões epistêmicos que naturalizam a centralidade ocidental.

Neocolonialismo e colonialidade, portanto, são conceitos relacionados, mas não equivalentes. O primeiro enfatiza relações contemporâneas de dependência e dominação; o segundo permite compreender a persistência de estruturas de classificação, hierarquização e validação do conhecimento. A aproximação dessas categorias com a teoria do sistema-mundo possibilita observar que a desigualdade não se reduz à capacidade material de cada Estado, mas alcança também a definição das agendas políticas, dos modelos de desenvolvimento e dos critérios de legitimidade intelectual. A emancipação latino-americana, nesse quadro, não significa isolamento do sistema internacional, mas ampliação da capacidade de decidir, produzir conhecimento, cooperar e formular respostas compatíveis com as próprias necessidades.

Globalização, neocolonialismo e América Latina

Nesse contexto, a distinção proposta por Wallerstein entre globalidade e globalização contribui para compreender como a dinâmica do mercado mundial repercute sobre a autonomia dos Estados latino-americanos:

> A noção de globalidade é diferente da de "globalização", usada pela maioria das pessoas nos últimos dez anos, a noção "globalização" se refere a processos declaradamente novos, cronologicamente recentes, nos quais os Estados, diz-se, *já não são mais* unidades principais de decisão política, situando-se agora, somente agora, numa estrutura em que uma coisa chamada "mercado mundial", entidade certamente reificada e um tanto mística, dita as regras.[47]

47 WALLERSTEIN, 2002. p. 235.

A própria neocolonização se trata de um "movimento" para o qual se destina a globalização, e não a globalidade. Globalidade está designada ao todo (e todos), sem caracteres de dominação ou influência. Já a globalização defende justamente o contrário. Fato destacado por Wallerstein, uma vez que os próprios Estados já não podem ser designados como absolutos, visto a submissão encetada pelo "mercado mundial", este ser amorfo, espectral e dominante, que impinge a interdependência entre os Estados e subjuga uns em favor de outros, sempre tendo um deles como dominante.

> A problemática da interdependência em alinhar políticas internas com as demandas internacionais, destoando da realidade local (econômica, política e jurídica) do país, mesclando atores governamentais e não governamentais, sem determinar a graduação de importância das questões e o real interesse dos agentes, gera uma miscelânea na definição das diretrizes para o desenvolvimento da nação, ao tempo em que permite sua exploração desenfreada, a degradação social e ambiental. À medida que temas econômicos têm implicações políticas internas e externas, a definição de metas em política exterior está sujeita ao encadeamento dos interesses de atores internos, transnacionais e transgovernamentais, que atuarão como uma força contrária, sempre que aqueles forem colocados em segundo plano.[48]

Conforme Vicente, em alinho a Wallerstein (2002), as políticas externas balizam uma "agenda" previamente definida, na qual os países de centro buscam compelir suas exigências. Efetuam uma intervenção velada, com vistas a ocasionar um esboroar na autodeterminação dos povos, fluindo para o sistema-mundo em que a intersubjetividade de todos os povos e nações vai "se integrando no novo padrão de poder mundial"[49]. Isso se dá de forma inconsciente pelas nações, que buscam cada vez mais uma aprovação

48 VICENTE, 2025. p. 991.

49 QUIJANO, 2005. p. 124.

externa que, porém, lhes furta a autonomia, a inteligência e a consideração a si próprios, a sua cultura, aos seus valores e ao seu potencial enquanto nação soberana.

Considerações finais

A análise desenvolvida permite responder ao problema proposto afirmando que a dinâmica global-local, quando atravessada por relações assimétricas de poder, contribui para a reprodução de formas contemporâneas de neocolonialismo na América Latina. Essas formas não se confundem com o colonialismo histórico nem dependem de ocupação territorial direta. Elas se manifestam por meio de relações econômicas, políticas, culturais e epistemológicas capazes de limitar a autonomia decisória dos Estados e de naturalizar padrões externos como modelos universais.

A teoria do sistema-mundo contribui para compreender a permanência de relações diferenciadas entre centro, semiperiferia e periferia, enquanto as contribuições de Quijano, Dussel e Mignolo permitem identificar a dimensão epistemológica e cultural dessas relações. A colonialidade, nesse contexto, ajuda a explicar a persistência de critérios de hierarquização do conhecimento e de padrões de desenvolvimento mesmo após o encerramento formal do colonialismo. A glocalização, por sua vez, oferece uma chave para compreender que global e local não constituem polos necessariamente excludentes: podem interagir de forma cooperativa, desde que o local conserve capacidade de produzir respostas próprias e participar da definição das relações globais.

As manifestações contemporâneas examinadas reforçam essa conclusão. As medidas tarifárias norte-americanas em relação ao Brasil evidenciam como instrumentos econômicos podem afetar a soberania e a capacidade de negociação

de países semiperiféricos, embora não se possa reduzir toda política protecionista ao neocolonialismo. De outro lado, os BRICS e a cooperação Sul-Sul revelam movimentos de busca por maior autonomia e diversificação dos centros de decisão. Essas experiências não constituem solução definitiva para as desigualdades do sistema internacional, mas demonstram a possibilidade de construção de alternativas dentro dele.

Destarte, a emancipação latino-americana defendida neste artigo não significa isolamento, rejeição da cooperação internacional ou simples substituição de uma hegemonia por outra. Significa ampliar a capacidade dos povos e dos Estados da região de formular projetos próprios, produzir conhecimento situado, negociar em condições mais equilibradas e preservar sua autodeterminação. O desafio central consiste, portanto, em participar do mundo global sem transformar a inserção internacional em dependência, reconhecendo a dimensão local como espaço legítimo de produção de conhecimento, decisão política e construção de alternativas ao neocolonialismo.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do conhecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 22-23.

BRICS BRASIL. **Sobre o BRICS.** 12 dez. 2024. Disponível em: https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics. Acesso em 04 out. 2025.

BURITY, Joanildo. **Glocalização e mudança de identidade:** missionários brasileiros pentecostais e carismáticos no

Reino Unido. ***Relig. soc.***, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 14-35, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872018000100014&lng=en&nrm=iso.

CERNY, Philip G.; PRICHARD, Alex. **The new anarchy:** Globalisation and fragmentation in world politics. Journal of International Political Theory, v. 13, n. 3. pp. 378-394, 2017.

COSTA, Tacilla da; SANTOS, Sá Siqueira. **Entre a Cooperação norte-sul e a Cooperação sul-sul:** percepções sobre o "papel" das ONGs brasileiras na cooperação internacional. In: KRAYCHETE, Elsa Sousa; VITALE, Denise (Orgs.) **Cooperação internacional para o desenvolvimento**: desafios no século XXI. Salvador: EDUFBA, 2013.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. Tradução de: Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique**. Filosofia da libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique**. Para uma ética da libertação Latino-Americana**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas Híbridas***:* estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Ed. USP, 2008.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. **As transformações do estado contemporâneo**. tradução e prefácio de Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v.2.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LACAN, Jacques-Marie Émile. **O estádio do espelho como formador da função do eu.** In: J. Lacan, Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; LEITE, Denise. **Conhecimento Social Emergente e Conhecimento Glocal**. Educar em Revista, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 61–79, mai./jun. 2019. https://doi.org/10.1590/0104-4060.66011.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje.** Revista Epistemologias do Sul. v. 1, p. 12-32. Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. 2.ed. Tradução de: Nurimar Maria Falci. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MOURA, Bruno de Freitas. Medidas de apoio e defesa da soberania marcam 1 mês de tarifaço: Sobretaxa imposta por Donald Trump começou em 6 de agosto. AGÊNCIABRASIL, 06 set. 2025. Rio de Janeiro. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-09/medidas-de-apoio-e-defesa-da-soberania-marcam-1-mes-de-tarifaco.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder**. São Paulo: LeYa, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas. Colección Sur, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTIN, Janaína Rigo. **Estado, Constituição e Administração Pública no Século XXI**: novos desafios da cidadania e do Poder Local: Belo Horizonte: Arraes, 2017.

SANTIN, Janaína Rigo. **As novas fontes do poder no mundo globalizado e a crise de efetivação do direito.** Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, n.25, p.79-92, out. 2009.

SANTIN, Janaína Rigo; LEIDENS, Letícia. **Direito internacional privado e poder local:** a necessária valorização de soluções regionais para conflitos globais. Revista História: Debates e Tendências, v.18, p.392 - 407, 2018. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6533080. Acesso em 05 out. 2025.

SANTIN, Janaína Rigo; SANTOS, Laura. C. **Poder Local e Socioambientalismo:** a relação entre o cidadão e o meio ambiente. Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo. v.4, n. 2, p.19-37, jul./dez. 2018. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/4794/pdf. Acesso 05 out. 2025.

SANTIN, Janaína Rigo; TEIXEIRA, Carlos. **Governação Local Democrática em Angola:** algumas questões e desafios emergentes. Estudios Históricos (Rivera), v.21, p.1-23, 2019. Disponível em: http://estudioshistoricos.org/21/eh2101.pdf. Acesso em 05 out. 2025.

SANTIN, Janaína Rigo; TEIXEIRA, Carlos. **Poder Local e Autoridades Tradicionais em Angola:** desafios e oportunidades, Seqüência (Florianópolis), n. 85, ago. 2020, p. 135-172. http://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n85p135

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VICENTE, Jacson Bacin. **Transnacionalismo e interdependência:** das desigualdades sociais a perda de legitimação democrática. I Congresso Internacional de Jurisdição Constitucional, Democracia e Relações Sociais e I Mostra de

Trabalhos Jurídicos Científicos. Passo Fundo: UPF editora, 2017. Disponível em: http://www.editora.upf.br/index.php/e-books-topo/37-direito-area-do-conhecimento/175--anais-i-congresso-internacional-de-jurisdicao. Acesso em 05 out. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel**. O universalismo europeu:** a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARAT, Luis Alberto. **Semiotica ecologica y derecho**. Buenos Aires: ALMED, 1997.

Recebido em: 25/11/2025
Aprovado em: 27/08/2026

Janaína Rigo Santin
E-mail: janainars@upf.br

Jacson Bacin Vicente
E-mail: jacsonbacin@gmail.com